

SUMÁRIO

LINHA EDITORIAL	7
EDITORIAL	9

DOCTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

Interesses difusos e coletivos: conteúdo ético essencial e sua qualificação como deveres

Diffuse and collective interests: essential ethical content and its qualification as duties

JOÃO DAMASCENO LOPES NETO e MARCELO GOMES SODRÉ..... 21

Bases éticas e filosóficas para a defesa em juízo do sistema climático estável

Ethical and philosophical bases for the defense of the stable climate system

FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI, GABRIEL WEDY e RAFAEL MARTINS COSTA MOREIRA..... 53

El tiempo y las generaciones futuras: el desafío de cruzar el umbral de la contemporaneidad

O tempo e as futuras gerações: o desafio de cruzar o limite da contemporaneidade

NÉSTOR CAFFERATA e ENRIQUE PERETTI 73

Sentencias ambientales en el antropoceno: análisis del Amparo en Revisión 54/2021 de la primera sala de la Suprema Corte de Justicia de la Nación de México

Sentenças ambientais no antropoceno: análise do Amparo em Revisão 54/2021 da primeira turma da Suprema Corte de Justiça da Nação Mexicana

MARIO PEÑA CHACÓN..... 123

Litigância climática no Supremo Tribunal Federal: aprendendo a construir ações legais para as futuras gerações e para a natureza

Climate change litigation in The Brazilian Federal Supreme Court: learning to build legal actions for future generations and for nature

PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 149

AMBIENTAL – ADMINISTRATIVO

Desregulamentação do licenciamento como ameaça ao meio ambiente das gerações futuras

Deregulation of licensing as a threat to the environment for future generations

ROMULO GUILHERME LEITÃO, ANDREA BEZERRA DE MELO GIRÃO MOTA e ANA CAROLINA NEIVA GONDIM FERREIRA GOMES..... 195

A regulamentação das sacolas plásticas pelos municípios brasileiros

The regulation of the plastic bags by the Brazilian municipalities

FERNANDA DAL SASSO DE RESENDE e WALLACE PAIVA MARTINS JUNIOR 217

AMBIENTAL – BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

Flexibilização das leis da mineração: o saque e ataque aos povos originários

Relaxation of mining laws: looting and attacking native peoples

FREDSON PEREIRA DA SILVA, JOÃO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA FILHO e ANDREA ALMEIDA CAVALCANTE 247

Amazônia (i)legal ambiental: caracterização a partir da análise dos conflitos ambientais judiciais <i>(I)legal environmental amazon: characterization based on the analysis of judicial environmental conflicts</i> CELSO MARAN DE OLIVEIRA, TATIANA VIEIRA DE MORAES, CAROLINA DE ALBUQUERQUE, MARCEL BRITTO, ELEN DE QUEIROZ RIBEIRO, MARIA CAROLINA CHAVES DE SOUSA e PAOLA CAMARGO SARTORI	275
AMBIENTAL – CIVIL	
Direito dos desastres: apontamentos sobre a gestão dos riscos pelos administradores da sociedade empresária <i>Disasters law: notes on risk management by business company administrators</i> JULIANO PUCHALSKI TEIXEIRA, DELTON WINTER DE CARVALHO e ANA PAULA ATZ	309
AMBIENTAL – ECONÔMICO	
Direito ambiental e economia: ferramentas para a promoção da ecoeficiência <i>Environmental law and economics: tools for promoting eco-efficiency</i> ANTONIO AUGUSTO TEIXEIRA DINIZ e AIRTO CHAVES JUNIOR	341
AMBIENTAL – INTERNACIONAL	
O sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL e o meio ambiente: algumas projeções para o futuro <i>The MERCOSUR dispute settlement system and the environment: some projections for the future</i> LUCIANE KLEIN VIEIRA e MARIELA MENDES DA SILVA	369
AMBIENTAL – URBANO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
Desafios para a logística reversa de resíduos eletroeletrônicos na cidade de Lavras/MG <i>Challenges for reverse logistics of electronic waste in Lavras City/MG</i> PEDRO RODRIGO CAMPELO LIMA e ANA LUIZA GARCIA CAMPOS.....	399

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Políticas estaduais de mudanças climáticas: uma análise dos estados da região sudeste do Brasil

States public policies of climate change: an analysis of Brazil's southeast states

RICARDO PEDRO GUAZZELLI ROSARIO e MARCELLA MANART SAMPAIO..... 431

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Lei estadual que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos é constitucional em decorrência da competência concorrente entre União, Estados e Municípios

ALEXANDRE FERNANDES SILVA..... 461

Ofensa reflexa à Constituição Federal, pleiteada por normas infra-constitucionais, inviabiliza o controle normativo abstrato

LUIZE DUARTE PIVETTA..... 467

Proibição da prática da pesca de arrasto motorizada na faixa marítima por lei estadual não afronta à competência da União, tratando-se de competência concorrente

MARIANA ARRUDA GUIMARÃES..... 471

É inconstitucional norma estadual que prevê o perdimento de bens como forma de proteção ao meio ambiente, legislando sobre direito penal

KRISLEYNE FERREIRA DA SILVA..... 479

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Rejeitados embargos de declaração opostos em sede de tese fixada em recurso repetitivo sobre a extensão não edificável nas Áreas de

Preservação Permanente de qualquer curso d'água, em trechos caracterizados como área urbana consolidada, a qual deve respeitar o que disciplina o Código Florestal LIVIA MARIA MARTINIANO LACERDA	485
Mantido entendimento sobre a irretroatividade do Código Florestal atual para o cumprimento do TAC celebrado sob a vigência do Código anterior ALEXANDRE FERNANDES SILVA	491
Autorização ambiental para construção de muro de contenção para o avanço do mar não se confunde com licença ambiental FLÁVIA MARIA DE ABREU VIANA e KRISLEYNE FERREIRA DA SILVA	496
Para que seja admitido agravo, é necessário que haja impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada, não cabendo às instâncias ordinárias contrariar a prova técnica ambiental produzida PAULA GALBIATTI SILVEIRA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA	499
Mantida a suspensão da decisão que autoriza a retomada de atividades de extração mineral em área tombada sem prévio licenciamento ambiental VITÓRIA LEOPOLDINA GOMES MENDES e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA	503
Obrigação solidária da União deve ser executada, de maneira subsidiária, quanto ao dever de preservação e acautelamento de bem imóvel tombado ALESSANDRA ALMEIDA NEVES CÍCERO DE SÁ e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA	506
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	
É inconstitucional lei municipal que extingue reserva extrativista sem a participação popular e estudo técnico prévio de viabilidade. LAÍS MIRANDA LIMA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA	515
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA TRABALHOS JURÍDICOS E CIENTÍFICOS NA REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL	519

